



**Estratégia**  
OAB

**11° SIMULADO**

**OAB**

## PROVA OBJETIVA

### Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª fase do XXXII Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do exame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da correção ao vivo no canal do YouTube do Estratégia OAB, que começa às 14h.

Preencha o gabarito: <https://bit.ly/Simulado-OAB-08-08>

#### Siga as nossas Redes Sociais

Estratégia OAB no [YouTube](#)  
[instagram.com/estrategia OAB](https://www.instagram.com/estrategia_oab)



### ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase do XXXII Exame possam praticar. Por isso, é importante para nós, que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

## CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB

---

Roserval Júnior

### Questão 1

Obama é advogado e foi preso em flagrante, por motivo ligado ao exercício da advocacia. Com base no Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), é correto afirmar que:

- a) Obama não poderia ser preso por motivo ligado ao exercício da advocacia, em razão da imunidade profissional assegurada ao advogado.
- b) Por ter sido preso em flagrante, por motivo ligado ao exercício da advocacia, Obama tem direito a presença de representante da OAB para lavratura do auto respectivo.
- c) A prisão de Obama foi acertada, uma vez que o advogado somente poderá ser preso por motivo de exercício da profissão se houver flagrante delito, independentemente de ser crime inafiançável.
- d) Obama não poderia ser preso antes de sentença transitada em julgado.

### Questão 2

Tendo como referência o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (EAOAB), é correto afirmar que são impedidos de exercer a advocacia:

- a) os membros do Poder Legislativo, em seus diferentes níveis, contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, entidades paraestatais ou empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público. Será considerado caso de incompatibilidade, se o membro do Legislativo for também membro da Mesa, como por exemplo, o Presidente da Casa Legislativa.
- b) Os servidores da administração direta, indireta e fundacional contra a Fazenda Pública que os remunere, inclusive os docentes de cursos jurídicos.
- c) Militares de qualquer natureza, na ativa.
- d) Ocupantes de funções de direção e gerência em instituições financeiras.

### Questão 3

Xuxa, advogada, objetiva realizar a publicidade profissional do seu escritório, e inicia a elaboração de materiais para veiculação adstrita a clientes e interessados do meio jurídico.

Com fulcro no Código de Ética e Disciplina da OAB, na elaboração de materiais de escritório, a advogada poderá fazer referência a

- a) distinções honoríficas relacionadas à vida profissional.
- b) qualquer emprego, cargo ou função ocupada em qualquer órgão ou instituição.
- c) clientes já atendidos pelo escritório, e o resultado da lide.
- d) distinções honoríficas profissionais e pessoais, podendo inclusive utilizar fotos pessoais e de terceiros nos cartões e materiais de escritório.

### Questão 4

Dráuzio, advogado, e com vasta experiência na área criminal, foi contratado para participar de programa de televisão, conhecido como “Justiça na TV”, com o intuito de compartilhar informações sobre a carreira e dicas de atuação na área criminal, frente aos casos apresentados no programa.

No curso do programa, por diversas vezes, o advogado opinou sobre a atuação de seus colegas advogados acerca de casos de grande repercussão na mídia.

Assim, conforme os regramentos éticos aplicados aos advogados, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedado ao advogado realizar a participação em programas televisivos.
- b) Nos termos do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, o advogado pode realizar consultas jurídicas no programa, ainda que para fins de autopromoção.
- c) A participação do advogado em programas televisivos deve-se limitar ao aspecto educacional e instrutivo.
- d) O advogado pode realizar no programa pronunciamentos sobre os métodos de trabalho usados por seus colegas de profissão, sem que incorra em infração ética.

### Questão 5

Fernando, bacharel em direito, é aprovado em recente concurso público para a Defensora Pública no Estado de São Paulo. Diante dos regramentos pertinentes a advocacia pública, assinale a alternativa correta.

- a) Os integrantes da advocacia pública são elegíveis, mas não podem integrar qualquer órgão da OAB.
- b) Os integrantes da advocacia pública, no exercício de atividade privativa da advocacia, não se sujeitam ao regime do Estatuto, Regulamento Geral e do Código de Ética e Disciplina.
- c) Os integrantes da advocacia pública, no exercício de atividade privativa da advocacia, se sujeitam ao regime do Estatuto, Regulamento Geral e do Código de Ética e Disciplina, com exceção as infrações e sanções disciplinares.
- d) Segundo Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, os defensores públicos estão obrigados à inscrição na OAB, para o exercício de suas atividades.

### Questão 6

A advogada Griselda está respondendo processo disciplinar perante à OAB/SP, diante das suas diversas atitudes contrárias à ética profissional. Assim, acerca das regras atinentes ao processo disciplinar, assinale a alternativa correta.

- a) O processo disciplinar instaura-se apenas mediante representação do interessado.
- b) O processo disciplinar poderá ser instaurado de ofício, mediante denúncia anônima.
- c) A possibilidade de instauração, de ofício, do processo disciplinar dar-se-á em função do conhecimento do fato, quando obtido por meio de fonte idônea ou em virtude de comunicação da autoridade competente.
- d) A representação será formulada ao Presidente do Conselho Seccional ou ao Presidente da Subseção, e necessariamente por escrito.

### Questão 7

Jurema concluiu o curso de direito e almeja a inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil. Neste sentido, o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil resguarda expressamente que

- a) é facultativa a indicação do nome e do número de inscrição em todos os documentos assinados pelo advogado, no exercício de sua atividade.
- b) o Exame da Ordem é regulamentado em provimento do Conselho Estadual da OAB.
- c) para inscrição como advogado são necessários idoneidade moral e prestação de compromisso perante o conselho.
- d) não atende ao requisito de idoneidade moral aquele que tiver sido condenado por crime infamante, mesmo com reabilitação judicial.

### Questão 8

Julinha, sob a alegação de urgência, atua em processo criminal sem a devida procuração nos autos. Com fulcro no EAOAB, assinale a alternativa correta.

- a) O advogado, afirmando urgência, pode atuar sem procuração, obrigando-se a apresentá-la no prazo de quinze dias, prorrogável por igual período.
- b) O advogado, afirmando urgência, pode atuar sem procuração, obrigando-se a apresentá-la no prazo de dez dias, não prorrogável.
- c) O advogado, apenas com autorização judicial, pode atuar sem procuração, obrigando-se a apresentá-la no prazo de cinco dias.
- d) O advogado em qualquer hipótese somente pode atuar em processo mediante procuração nos autos.

---

## FILOSOFIA DO DIREITO

---

Jean Vilbert

### Questão 9

*"[...] aquele que tem número reduzido de inimigos pode saber com certeza o seu número sem grande trabalho ou esforço, enquanto que aquele que é objeto do ódio geral nunca tem certeza de nada, e, tanto mais se mostra cruel, tanto mais enfraquece seu próprio poder" (Nicolau Maquiavel, O Príncipe)".*

**Considerando o trecho acima, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) O governante sábio deve buscar ser ao mesmo tempo amado, temido e odiado. Se precisar escolher um sentimento popular, melhor ser temido.
- b) Em se tratando de questões relativas ao Estado, o governante sábio faz com que o fator preponderante a guiar seus atos seja a moralidade intrínseca.
- c) Ao apoderar-se de um Estado, o conquistador deve determinar as ofensas que precise executar e fazê-las todas de uma vez para não ter de repeti-las todos os dias.
- d) A maioria das pessoas é egoísta, de visão curta, volúvel e facilmente ludibriável, falha que deve ser corrigida pelo governante sábio para uma sociedade bem-sucedida.

**Questão 10**

*“Já conheci italianos, russos, espanhóis, ingleses, franceses, mas não conheço um homem geral”.*  
(Joseph de Maistre)

**A frase acima espelha o pensamento de Edmund Burke, político e pensador anglo-irlandês que criticou as ideias abstratas dos revolucionários franceses. Sobre essa linha de pensamento é CORRETO afirmar:**

- a) A política, como arte de tornar o impossível possível, deve ser guiada por receitas filosóficas, por um plano concebido pela razão.
- b) A política é o campo do universal, em que as realidades do particular e do concreto devem ser substituídas pelo absoluto.
- c) Por meio da polícia, os homens não podem (nem devem) ser reconstruídos, desrespeitados seus princípios, sua história, seu modo de vida.
- d) Fazer política é embrenhar-se em uma aventura, sendo preciso quebrar a continuidade da história.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

Diego Cerqueira

**Questão 11**

Flávio bigode, autoridade policial, recebe a informação de que membros de uma associação desportiva, criada há 8 meses, costumavam se reunir com frequência para discutir aspectos relacionados a finalidade para que foi instituída. Porém, havia a suspeita de que as reuniões estariam sendo realizadas com o intuito de acobertar diversos crimes cometidos por seus integrantes, incluindo cárcere privado, roubo e a prática de furto. Flávio, ao ser notificado, imediatamente comparece ao local e acaba suspendendo as atividades da associação e prendendo criminosos em flagrante. Os outros membros, ao tomarem conhecimento do fato, decidem impetrar um Mandado de Segurança Coletivo, com o intuito de obter o desfazimento do ato de suspensão. Com base na situação apresentada e na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) A autoridade policial, mesmo diante do cometimento de crime em flagrante, não poderia ter determinado a suspensão das atividades da associação, pois o tema é de reserva jurisdicional. Outrossim, é inadequada a utilização de ação coletiva pela entidade, tendo em vista que a associação foi criada há 08 meses apenas, não possuindo legitimidade ativa.
- b) A autoridade policial possui legitimidade para determinar o ato de suspensão, porém a dissolução da entidade depende de decisão judicial.
- c) A associação não possui legitimidade para ajuizar mandado de segurança coletivo sem o expresse consentimento de seus filiados.

d) É legítima a suspensão das atividades desenvolvidas pela entidade em razão do cometimento de atos ilícitos, a associação poderá utilizar-se da via mandamental coletiva para contestar eventuais abusos na aplicação da medida.

### Questão 12

O casal Gabriel e Luiza adquiriu uma pequena propriedade rural para o cultivo de produtos agrícolas. Para a compra de equipamentos no início das atividades contraíram um empréstimo e deram o imóvel como garantia. No entanto, eles não conseguiram realizar o pagamento e os credores, diante da inadimplência, decidiram acionar o Poder Judiciário objetivando a penhora do imóvel. Ao analisar o pedido, o Juiz:

- a) Poderá autorizar a penhora, uma vez que a propriedade não atendia à sua função social.
- b) Apenas poderia autorizar a penhora caso se tratasse de cultivo ilegal.
- c) Não poderá determinar a penhora, visto que a propriedade é trabalhada pela família e os débitos são decorrentes de atividade produtiva ali desenvolvida.
- d) Poderá autorizar a penhora, uma vez que na propriedade era desenvolvida atividade lucrativa, não se tratando de mera subsistência familiar.

### Questão 13

Uma escola da rede pública municipal incluiu, em sua grade horária, disciplina específica voltada ao ensino da religião católica. Diante dessa situação, muitos pais de alunos adeptos a religiões diversas, protestaram contra a alteração curricular, sentindo que a liberdade religiosa de seus filhos estaria ameaçada. Com base na Constituição Federal e da interpretação jurisprudencial, assinale a alternativa verdadeira:

- a) A Constituição proíbe o ensino religioso em quaisquer estabelecimentos de ensino, públicos ou privados.
- b) Se a matrícula na disciplina mencionada for facultativa e a mesma oportunidade for estendida aos adeptos de outras religiões, não há ofensa à liberdade religiosa e à laicidade estatal.
- c) Não há ofensa a liberdade de crença, visto que cabe ao Estado a prestação de assistência religiosa em estabelecimentos civis e militares.
- d) A matrícula na disciplina mencionada pode ser obrigatória, não há ofensa a liberdade de crença.



## Questão 14

A empresa ABC, fabricante de equipamentos de carro, foi acusada de desviar dinheiro público durante licitação fraudulenta realizada pela administração pública federal, fato que gerou repercussão em imprensa nacional. A famosa Fabíola “fofoqueira”, jornalista que mantém um site de grande repercussão na internet, pretende escrever uma matéria a respeito do fato. Logo, dirigiu-se ao órgão competente do governo federal para obter informações sobre o procedimento licitatório mencionado e colher material para a notícia que pretendia escrever. Porém, a autoridade administrativa recusou-se a fornecer informações requeridas, o que deixou Fabíola inconformada. A jornalista decide publicar a matéria contendo relatos falsos e difamatórios sobre a empresa, atraindo um grande número de acessos ao seu site. Com base na situação hipotética apresentada, e na ordem jurídica constitucional brasileira, assinale a alternativa correta:

- a) Fabíola poderá impetrar mandado de segurança contra a ilegalidade cometida pela autoridade administrativa, em respeito a liberdade de expressão não poderá ser condenada a indenizar a empresa ABC por danos morais.
- b) Fabíola apenas poderia ajuizar mandado de segurança se as informações solicitadas dissessem respeito à sua própria pessoa.
- c) A empresa ABC poderá exercer seu direito a resposta, proporcional à ofensa, sendo possível exigir apenas indenização por danos materiais, já que pessoas jurídicas não podem sofrer dano moral.
- d) Fabíola poderá impetrar mandado de segurança contra a ilegalidade cometida pela autoridade administrativa, mas ela poderá ser condenada a indenizar a empresa ABC por danos morais.

### Questão 15

Em uma palestra sobre Tratados Internacionais, determinado o Sr. Barriga (professor renomado) explicou que, em relação aos direitos humanos previstos em tratados internacionais, apenas aqueles previstos no ordenamento brasileiro ou ratificados pelo Brasil e incorporados de acordo com o rito previsto para as emendas constitucionais poderiam ser considerados direitos fundamentais. Ainda, mencionou que tais direitos são insuscetíveis de sofrerem restrições externas de qualquer espécie, uma vez que a própria norma que os consagra cuida de definir limites à sua aplicação, sendo, por esse motivo, cláusulas pétreas. Com base na doutrina majoritária, assinale a alternativa correta:

- a) A tese apresentada pelo professor explica corretamente a definição de direitos fundamentais, porém contraria a teoria externa acerca dos limites, adotada de forma ampla no Brasil.
- b) A tese apresentada pelo professor é equivocada no tocante ao alcance dos direitos fundamentais, visto que estes abarcam não apenas aqueles positivados no ordenamento jurídico brasileiro, como também quaisquer outros protegidos no âmbito do direito internacional público e privado.
- c) A tese apresentada pelo professor está correta, tendo em vista serem os limites aos direitos fundamentais iminentes a estes, estando compreendidos nas próprias fronteiras definidas pela Constituição.
- d) A tese apresentada pelo professor é incoerente com o conceito adotado de direitos fundamentais, que, embora recebam a denominação própria da Constituição, são tratados como sinônimos de direitos humanos.

### Questão 16

O Deputado Federal “Ronaldão da Bahia” estava dirigindo o seu carro, no período noturno, em estrada do território nacional. Durante o trajeto, ele foi parado pela polícia rodoviária para averiguação aleatória e de rotina da documentação. O Deputado foi preso em flagrante, pois os agentes encontraram, dentro do veículo, elemento de prova da prática de tráfico de drogas. De acordo com o caso hipotético apresentado e com base na Constituição Federal, a prisão:

- a) É ilegítima, visto que a polícia rodoviária não tem competência para efetuar a prisão.
- b) É legítima. Todavia, os autos referentes à prisão do Deputado Federal precisam ser encaminhados dentro de 24 horas à Câmara dos Deputados, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a sua manutenção.
- c) É ilegítima, pois foi identificada a conduta dentro do veículo. Afinal, por extensão há a presença da inviolabilidade de domicílio, ou seja, não pode a prisão ser efetuada independente de mandado judicial, no período noturno.
- d) É legítima. Contudo, os autos referentes à prisão do Deputado Federal precisam ser encaminhados dentro de 48 horas ao Senado Federal, para que, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, resolva sobre a sua manutenção.

### Questão 17

Determinada organização cultural decide promover a cada 2 meses um encontro de artistas. Bruce, cidadão americano, decide vir ao Brasil e participar de uma dessas reuniões. Chegando ao Brasil, se instalou no local e ficou sabendo que o encontro deixava os participantes isolados por 10 dias, período em que em nenhuma hipótese poderiam deixar o local. Desconfortável com tal imposição, Bruce decidiu deixar o programa, mas foi impedido pelo líder dos encontros, o qual alegava que sua iniciativa iria contra tudo o que eles divulgavam. Diante da situação, Ashley, sua esposa, que também é americana e havia decidido acompanhá-lo na viagem, resolve impetrar habeas corpus para tentar sua liberação. Com base no caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta.

- a) Ashley poderá impetrar habeas corpus, porém sua petição deve ser redigida em português e necessitará da assistência de advogado, visto que não é cidadão brasileira.
- b) Ashley deve necessariamente acionar o Ministério Público, visto que estrangeiros não detêm legitimidade ativa em habeas corpus.
- c) Ashley poderá utilizar o remédio constitucional gratuitamente em defesa do direito de locomoção de Bruce, independente de assistência de advogado.
- d) O habeas corpus é ação personalíssima que só pode ser impetrada pelo próprio paciente, logo, Ashley não pode agir em favor do marido.



# Estratégia

**DIREITOS HUMANOS**

---

OAB

Ricardo Torques

### Questão 18

Arthur e Pedro são gêmeos e cursando o quarto ano do ensino fundamental. Os pais prezam para que os filhos sejam bons alunos e fazem questão de participar de todas as reuniões e eventos propostos pela escola. Com base no relato, assinale a alternativa correta:

- a) Arthur e Pedro devem ser respeitados por seus educadores, mas não poderão recorrer à direção caso queiram contestar os critérios avaliativos adotado pelos professores.
- b) O Estatuto da Criança e do Adolescente assegura a Arthur e Pedro o acesso à escolha pública e gratuita, próxima à sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento.
- c) Os pais têm direito a ter ciência do processo pedagógico, mas não podem participar da definição das propostas educacionais.
- d) Atualmente, apenas as escolas públicas e privadas têm a obrigação de assegurar medidas de conscientização ao uso ou dependência de drogas ilícitas.

**Questão 19**

Ivete e Marcelo são pais de Daniel. Certo dia, cansado do trabalho, estressado com o trânsito, Marcelo bateu em Daniel no caminho para casa. Foram 3 palmadas amenizadas pelo argumento que de eram para a educação da criança e para aprender limites. Ivete, chocada com a atitude do marido, buscou informar-se sobre a atitude e descobriu que:

- a) Daniel tem o direito de ser educado e cuidado por seus pais, mas não é permitido o uso de castigos físicos ou tratamento cruel ou degradante como forma de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto.
- b) Ivete e Marcelo têm o dever de educar Daniel e, por isso, podem fazer uso de castigos físicos moderados para ensinar à criança como comportar-se adequadamente.
- c) O Ministério Público poderá encaminhar Ivete e Marcelo a tratamento psicológico ou psiquiátrico.
- d) O Conselho Tutelar poderá advertir os pais, mas não poderá encaminhá-los a programas de proteção à família.

**DIREITO INTERNACIONAL**

Vanessa Arns

**Questão 20**

Juliana, brasileira, celebra no Brasil um contrato de prestação de serviços de consultoria no Brasil a uma empresa pertencente a Thomas, francês residente em Lyon, para a realização de investimentos no mercado acionário brasileiro. O contrato possui uma cláusula indicando a aplicação da lei francesa.

Em ação proposta por Juliana no Brasil, surge uma questão envolvendo a capacidade de Thomas para assumir e cumprir as obrigações previstas no contrato.

Com relação a essa questão, a Justiça brasileira deverá aplicar

- a) a lei brasileira, porque o contrato foi celebrado no Brasil.
- b) a lei francesa, porque Thomas é residente da França.
- c) a lei brasileira, país onde os serviços serão prestados.
- d) a lei francesa, escolhida pelas partes mediante cláusula contratual expressa.

**Questão 21**

Uma sociedade brasileira, sediada no Paraná, resolveu contratar uma sociedade americana, sediada na Califórnia, para realizar um estudo que lhe permitisse expandir suas atividades no exterior, para poder vender seus produtos no mercado americano. Depois de várias negociações, o representante da sociedade americana veio ao Brasil, e o contrato de prestação de serviços foi assinado em Curitiba. Não há no contrato uma cláusula de lei aplicável, mas alguns princípios do UNIDROIT foram incorporados ao texto final. Passados 9 meses, o contrato não foi cumprido. A sociedade brasileira ajuizou uma ação no Brasil. A sociedade americana, na sua contestação, alegou que a cláusula era inválida segundo o direito americano.

Conforme a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, qual é a lei material que o juiz deverá aplicar para solucionar a causa?

- a) A lei brasileira, pois o contrato foi firmado no Brasil.
- b) A lei americana, pois o réu é domiciliado nos Estados Unidos.
- c) Os princípios do UNIDROIT, porque muitas cláusulas foram inspiradas nessa legislação.
- d) A Lex Mercatoria, porque o que rege o contrato internacional é a prática internacional.

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

Rodrigo Martins

**Questão 22**

Rosenval é o proprietário de um vasto imóvel situado na divisa entre a zona urbana e a zona rural do Município ABC. Metade do imóvel, que é utilizado na exploração extrativa agrícola para fins comerciais, se encontra na zona rural e a outra metade se encontra na zona urbana do referido Município. Considerando os dados apresentados é possível afirmar que este imóvel de Rosenval está sujeito:

- a) Exclusivamente à incidência do ITR.
- b) Exclusivamente à incidência do IPTU.
- c) Proporcionalmente à incidência do IPTU e do ITR, de acordo com as frações do imóvel situadas na zona urbana e na zona rural.
- d) À incidência do IPTU ou do ITR, o que for menor, em razão do Princípio da Menor Onerosidade do Contribuinte.

### Questão 23

Com o objetivo de fomentar o acesso à educação e à saúde, o Município ABC editou lei ordinária reduzindo a alíquota do ISS – Imposto sobre Serviços incidente sobre serviços de educação e de saúde, de 5% para 1%. Com base nos dados apresentados, assinale a alternativa correta:

- a) A redução é regular, pois aos Municípios compete estipular livremente as alíquotas dos impostos de sua competência tributária, especialmente quando a tributação tiver como objetivo facilitar o acesso à educação e à saúde.
- b) A redução será considerada regular somente se tiver sido previamente aprovada por meio de Convênio celebrado entre 3/5 (três quintos) dos Municípios situados no território do respectivo Estado da federação.
- c) A redução é irregular porque não atendeu aos parâmetros estipulados em Lei Complementar de caráter nacional.
- d) A redução é regular, pois obedeceu aos parâmetros estipulados pelo CTN – Código Tributário Nacional.

### Questão 24

A União fixou a alíquota do IPI incidente sobre a cachaça em 75% e a alíquota do IPI incidente sobre o suco de frutas em 15%. Paralelamente, o Estado X fixou a alíquota do ICMS incidente sobre a circulação de arroz em 1% e a alíquota de ICMS incidente sobre a circulação de cigarro em 18%. Sobre a hipótese, é correto afirmar que a diferenciação das alíquotas relativamente a cada tipo de imposto:

- a) Decorre do Princípio da Seletividade, que é de observância facultativa para o IPI e obrigatória para o ICMS.
- b) Decorre do Princípio da Seletividade, que é de observância facultativa para o IPI e para o ICMS.
- c) Decorre do Princípio da Seletividade, que é de observância obrigatória para o IPI e facultativa para o ICMS.
- d) Decorre do Princípio da Seletividade, que é de observância obrigatória para o IPI e para o ICMS.

## Questão 25

Paulo Sousa é proprietário de um veículo automotor importado e, como tal, está sujeito à incidência do IPVA. Ao analisar a legislação desse imposto no local onde é contribuinte, verificou que as alíquotas de IPVA de veículos importados são superiores às dos veículos nacionais. Ao buscar explicações sobre essa diferenciação, foi informado que decorre do Princípio da Capacidade Contributiva, que visa tornar a tributação mais “justa”. Ocorre que Paulo Sousa não concorda com essa diferenciação de alíquotas e, por isso, pretende impugnar a cobrança. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- a) A impugnação deve ser acatada, pois muito embora a Constituição Federal de 1988 permita a fixação de alíquotas diferenciadas do IPVA em função da procedência do veículo, essa permissão não decorre do Princípio da Capacidade Contributiva.
- b) A impugnação não deve ser acatada, desde que as alíquotas máximas do IPVA tenham sido fixadas pelo Senado Federal, nos termos da Constituição Federal de 1988.
- c) A impugnação não deve ser acatada, pois a Constituição Federal de 1988 admite alíquotas diferenciadas do IPVA em função da procedência do veículo, se nacional ou estrangeiro.
- d) A impugnação deve ser acatada, pois a Constituição Federal de 1988 só admite alíquotas diferenciadas do IPVA em função do tipo e da utilização do veículo.

## Questão 26

A empresa "Mais Cremosa Ltda." ingressou, tempestivamente, com pedido administrativo de repetição de indébito, por meio do qual solicitou à Administração a restituição de ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços indevidamente pago no dia 15/08/2018. A decisão administrativa denegando esse pedido de restituição, da qual não cabe mais qualquer recurso em âmbito administrativo, foi proferida em 05/07/2019 e a requerente foi intimada dessa decisão no dia seguinte. De acordo com o CTN, o prazo legal para a contribuinte ingressar com ação judicial objetivando a restituição do imposto que foi denegada administrativamente é de:

- a) 02 (dois) anos, contados da data da extinção do crédito tributário pelo pagamento.
- b) 02 (dois) anos, contados da data da intimação da decisão administrativa que denegou a restituição.
- c) 05 (cinco) anos, contados da data da extinção do crédito tributário pelo pagamento.
- d) 05 (cinco) anos, contados da data da intimação da decisão administrativa que denegou a restituição.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

Igor Maciel

**Questão 27**

Dois Municípios vizinhos, situados no território de um mesmo Estado, celebraram contrato, criando uma nova pessoa jurídica, para a realização de objetivos de interesse comum na área de saúde, a fim de garantir o atendimento de pacientes diagnosticados com a Covid-19. Foi subscrito um protocolo de intenções, com cláusula que permitia ao ente formado receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo. No caso em tela, o instituto formado é um:

- a) convênio, pacto firmado por entes da Federação, que não poderá, contudo, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo.
- b) consórcio público, que poderá ser constituída como associação pública, caso em que integrará a administração indireta de todos os Municípios consorciados.
- c) convênio, que, por tratar de tema de saúde, deve obrigatoriamente contar com a participação da União e obedecer aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS.
- d) consórcio público, que deverá ser constituído como pessoa jurídica de direito privado e não poderá receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo.

**Questão 28**

A Ouvidoria da Secretária Municipal de Educação do Estado X recebeu denúncia anônima, apontando que o professor Raimundo Nonato havia desviado recursos públicos para proveito próprio, o que configurava o crime de peculato. Após investigações preliminares, foi instaurada ação penal pública e aberto procedimento administrativo disciplinar, por portaria, que não especificou os fatos a serem apurados. No PAD, foram utilizadas provas regularmente colhidas no processo penal, autorizadas pelo juiz competente, e, oportunizada a defesa, Raimundo Nonato não constituiu advogado. Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- a) foi violado o princípio da ampla defesa, pois ofende a Constituição a falta de defesa técnica por advogado em processo administrativo disciplinar.
- b) foram violados os princípios da ampla defesa e contraditório, pois a portaria de instauração do processo disciplinar necessita de minuciosa descrição dos fatos imputados.
- c) o servidor não poderá ser responsabilizado penal e administrativamente pelo mesmo fato, em razão da vedação do *bis in idem*.
- d) a prova emprestada poderá fundamentar eventual decisão em processo administrativo, desde que autorizadas pelo juiz e respeitados o contraditório e a ampla defesa.



### Questão 29

Uma fundação pública de direito público federal foi instalada em um edifício de propriedade do Estado Y. O Município X, em que fica localizado o prédio público, inserido no território do Estado Y, realizando processo de avaliação dos imóveis situados em sua área, avaliou o edifício como bem de valor histórico-cultural local. A fim de proteger o patrimônio, o Município poderá:

- a) requisitar o imóvel do Estado, assegurada indenização ulterior.
- b) declarar o bem de utilidade pública, iniciando o procedimento de desapropriação em face do Estado.
- c) instaurar processo de tombamento do bem do Estado.
- d) declarar o bem de utilidade pública, iniciando o procedimento de desapropriação em face da União.

### Questão 30

Determinada empresa pública federal realizou procedimento licitatório visando a contratação de uma obra, conforme as disposições da Lei n.º 13.303/2016. Durante a execução da obra, verificou a necessidade de suprimir alguns serviços que constavam do projeto e, por essa razão, propôs reduzir o valor do contrato em 20% do inicialmente pactuado. A contratada não concordou com a redução, alegando que o preço final ficava muito aquém do valor inicialmente estabelecido, interferindo no equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Nesse caso:

- a) a empresa contratada poderá recusar a supressão contratual, uma vez que inexistente determinação legal expressa que obrigue o aceite.
- b) a empresa contratada deve aceitar a supressão, uma vez que a redução está de acordo com os limites estabelecidos em lei.
- c) a empresa contratante não poderá propor supressão de itens, somente acréscimos, dentro dos limites impostos por lei.
- d) a empresa contratante poderá propor acréscimo ou supressão na obra, contudo, em limite inferior a 20%.

### Questão 31

James Bond, cidadão brasileiro naturalizado, tomou conhecimento que órgãos de inteligência do governo, integrantes do Ministério da Justiça e Ministério das relações exteriores, possuíam arquivos contendo todas as informações relacionadas com suas atividades cívicas. Buscando saber do conteúdo dos arquivos, requereu o imediato acesso aos registros. As autoridades de ambos os Ministérios indeferiram o requerimento, alegando ser segredo de Estado. Diante de tal situação, é correto afirmar que James Bond poderia impetrar:

- a) mandado de segurança.
- b) habeas data
- c) ação popular.
- d) mandado de injunção.

### Questão 32

O Prefeito do Município de Marzão envia consulta ao seu órgão de assessoria jurídica, desejando saber de que modo poderia realizar delegação da prestação de serviços públicos, a título precário, mediante licitação, à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco. Diante dessa situação, a assessoria jurídica deve informar corretamente que o Município deverá realizar:

- a) concessão de serviço público.
- b) autorização de serviço público.
- c) permissão de serviço público.
- d) descentralização por outorga.

---

## DIREITO AMBIENTAL

---

Roserval Júnior

### Questão 33

Paulo, avicultor e dono granjas no interior de São Paulo, consultou seu advogado Robert para saber quais licenças seriam exigidas para construir uma nova granja na área rural de Limeira, SP.

De acordo advogado Robert, a licença prévia, concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, seria exigida e teria prazo de validade máximo de:

- a) 2 anos
- b) 3 anos
- c) 4 anos
- d) 5 anos

**Questão 34**

Paulo é dono de uma propriedade rural em Minas Gerais. Em sua fazenda, há criação de gado Nelore e plantio de 100 ha de eucalipto. O Analista Ambiental Antônio Silva, em vistoria na propriedade, autuou Paulo por não ter delimitado a Reserva Legal.

De acordo com o Código florestal, qual seria o percentual mínimo da área do imóvel que deveria ser mantido a título de Reserva Legal?

- a) 10%
- b) 20%
- c) 30%
- d) 40%

---

**DIREITO CIVIL**

---

**Paulo Sousa****Questão 35**

João Lucas é um fã de revistas em quadrinhos sobre super-heróis. Por essa razão, sempre comprou todos os exemplares das revistas nas bancas, conseguindo juntar mais de trezentas HQs. Devido à quantidade de revistas, João Lucas resolveu organizar tudo em um quarto com estantes, numerando e catalogando todas as revistas em um nível de organização exemplar, como se biblioteca particular fosse.

Em relação à biblioteca particular de João Lucas, é correto afirmar:

- a) as revistas devem ser consideradas como bens singulares, visto que cada uma é única, não possibilitando a reunião desses bens para quaisquer fins;
- b) caracterizada na situação descrita a universalidade de fato em relação às revistas;
- c) caracterizada na situação descrita a universalidade de direito em relação às revistas;
- d) a análise da universalidade dos bens deve ocorrer apenas entre aqueles de igual natureza, razão pela qual as estantes não podem ser consideradas conjuntamente com as revistas para quaisquer fins.

### Questão 36

Jorge pagou todos os custos referentes à regularidade de seu veículo e de sua carteira de motorista no corrente ano, o que inclui o seguro DPVAT. Por força do destino, mas já com tudo regular, Jorge se envolveu em um acidente com outros dois carros.

Sempre muito relaxado, deixando as coisas para a última hora, Jorge espera quatro anos para, na situação de beneficiário, acionar o seguro DPVAT a fim de cobrir uma parte das despesas que fez à época.

Ao consultar um advogado, Jorge recebe a correta orientação sobre o prazo para acionar o referido seguro, que deverá ser:

- a) de dez anos, já que é uma responsabilidade contratual;
- b) de três anos, já que é uma responsabilidade extracontratual;
- c) de três anos, já que é caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório;
- d) de cinco anos, já que é dívida líquida.

### Questão 37

Fulano é credor de Hermes e Renato em relação a uma obrigação indivisível. Por força de contrato entre as partes, estabeleceu-se entre os devedores uma solidariedade passiva em benefício a Fulano.

Por uma infelicidade do destino, Hermes falece antes mesmo da obrigação ser cumprida, deixando seus filhos Adão e Eva como únicos herdeiros.

Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- a) Fulano apenas poderá cobrar o cumprimento da obrigação de Renato;
- b) Fulano poderá cobrar dos herdeiros de Renato, mas apenas se o fizer conjuntamente;
- c) Fulano poderá cobrar dos herdeiros de Renato, podendo, ainda, exigir o cumprimento total da obrigação exclusivamente de Adão;
- d) em razão do falecimento de Hermes, a obrigação obrigatoriamente passa a ser divisível e quantificada em dinheiro, podendo ser cobrada equitativamente entre os devedores.

**Questão 38**

O Corpo de Bombeiros foi acionado por vizinhos para socorrer um incêndio que ocorria na casa de Marcos Rogério. Porém, para alcançar a entrada da casa em chamas, foi necessário derrubar uma parede do vizinho, tudo com a finalidade de salvar as vidas que corriam perigo no momento.

Posteriormente, descobriu-se que o incêndio ocorreu porque Marcos Rogério foi esquentar água no fogão para cozinhar um macarrão instantâneo e acabou dormindo no sofá da sala enquanto esperava.

Em relação ao vizinho que teve seu muro derrubado, é correto afirmar que:

- a) não poderá requerer indenização, visto que foi um ato necessário para salvar a vida de Marcos Rogério;
- b) poderá requerer indenização, já que não deu causa ao incêndio;
- c) poderá ser indenizado pelo bombeiro que derrubou o muro, que responderá pessoalmente pelo prejuízo;
- d) Marcos Rogério não responderá por qualquer prejuízo, ainda que de forma regressiva.

**Questão 39**

Joaquim invadiu um terreno da prefeitura local e construiu sua casa, com um muro ao redor de uma área de 600m<sup>2</sup>, permanecendo sem qualquer oposição por 15 anos.

Tempos depois, Florentina aproveitou que uma parte do referido muro caiu e construiu sua casa no fundo do terreno, escondido da casa de Joaquim em razão da densa vegetação.

Dois anos depois de Florentina ter construído sua casa, Joaquim descobriu que havia uma outra casa no terreno e, com isso, ajuizou ação de reintegração de posse alegando ser o real proprietário.

Analisando a situação, o juiz responsável pelo caso ordenou a intimação do Município respectivo para que informasse se tinha interesse na causa, já que originalmente o terreno era da Prefeitura Municipal.

Com relação a esse caso, é correto afirmar:

- a) o terreno continua sendo de propriedade do Município, já que não é passível de usucapião em qualquer hipótese;
- b) o terreno passou a ser propriedade de Joaquim, que cumpriu o prazo de usucapião em relação ao Município e ajuizou a ação de reintegração contra Florentina antes da prescrição ocorrer;
- c) o terreno passou a ser propriedade de Joaquim, mas será destacada uma parte para Florentina, que adquiriu a propriedade em razão da usucapião;
- d) Florentina passará a ser a proprietária de todo o terreno, devendo Joaquim desocupar a sua casa.

**Questão 40**

Dentre as opções abaixo, assinale a única que não corresponde a um direito real:

- a) a habitação;
- b) a hipoteca;
- c) a anticrese;
- d) a turbação.

**Questão 41**

Sobre o testamento público, é NÃO é requisito:

- a) ser escrito por tabelião ou por seu substituto legal em seu livro de notas, de acordo com as declarações do testador, podendo este servir-se de minuta, notas ou apontamentos;
- b) lavrado o instrumento, ser lido em voz alta pelo tabelião ao testador e a duas testemunhas, a um só tempo; ou pelo testador, se o quiser, na presença destas e do oficial;
- c) que o testador o entregue ao tabelião em presença de duas testemunhas;
- d) ser o instrumento, em seguida à leitura, assinado pelo testador, pelas testemunhas e pelo tabelião.

**DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Ricardo Torques

**Questão 42**

Em 2014, o então jogador do Barcelona, Daniel Alves, protagonizou uma cena histórica na luta contra o racismo. Torcedores do time adversário jogaram bananas em direção ao jogador que, em vez de mostrar descontentamento, ao se preparar para cobrar um escanteio, abaixou-se, pegou uma das bananas e comeu. O jogo seguiu, mas o episódio ficou marcado. Sobre o racismo no Brasil, assinale a alternativa correta:

- a) O repúdio ao racismo consta como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil na Constituição Federal.
- b) O racismo é um crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, assim como a tortura.
- c) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão.
- d) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção.

**Questão 43**

Maria da Paz foi vítima de violência doméstica por vários anos sempre buscou auxílio de familiares, amigos e até mesmo de autoridades, mas sem conseguir acabar com as agressões. Ao conversar com um advogado foi orientada a apresentar uma denúncia junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos. Com base na orientação, pode-se afirmar que:

- a) Maria da Paz poderá apresentar petição individual diretamente à Corte em razão das inúmeras lesões sofridas ao longo dos anos.
- b) A Convenção Americana de Direito Humanos admite as petições individuais de pessoas, mas não permite que grupos de pessoas ou entidades não-governamentais façam uso desse mecanismo.
- c) Para que uma petição seja apresentada, é necessário que tenham sido esgotados os recursos internos, mas não há qualquer óbice caso seja constatada a litispendência internacional.
- d) Maria da Paz não poderá apresentar sua petição individual diretamente à Corte Interamericana, mas poderá fazê-lo à Comissão. Nesse caso, exige-se que tenham sido interpostos e esgotados os recursos da jurisdição interna.

---

**DIREITO DO CONSUMIDOR**

Igor Maciel

**Questão 44**

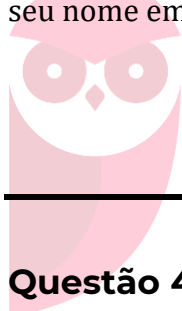
Juliana visualizou um anúncio promocional em uma rede social de um kit de óleos essenciais da marca “Paz e bem”, contendo 5 óleos específicos pelo valor de R\$ 300,00 (trezentos reais). Interessada nos benefícios anunciados, ela entrou no próprio site da marca e adquiriu os produtos, conforme ofertado, no dia 20/06/2020. Em 30/06/2020, o kit foi entregue em sua casa, contendo somente 4 óleos, sendo esses de essências diferentes das que ela havia pedido. Nessa situação, é correto afirmar que Juliana:

- a) nada poderá fazer, pois o anúncio foi feito em uma rede social, e ela adquiriu os produtos no site da marca.
- b) poderá exigir a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso.
- c) nada poderá fazer, pois transcorrido o prazo de sete dias para que ela exercesse seu direito de arrependimento.
- d) poderá rescindir o contrato, com direito à restituição de quantia eventualmente antecipada, monetariamente atualizada, e perdas e danos.

### Questão 45

Em 10/03/2016, Jonas comprou um eletrodoméstico na Loja “Tem tudo”, e pagou o valor dividido em 5 parcelas, sendo que a última parcela do seu crediário deveria ter sido paga em 10/08/2016. Porém, Jonas não quitou todas as parcelas em dia, pagando, somente em dezembro de 2016 o seu débito, com juros e correção monetária, informando à Loja “Tem tudo” desse fato, que lhe confirmou via e-mail que estava tudo quitado na mesma ocasião. No entanto, em 10/02/2019, ao tentar fazer uma nova compra a crédito em outra loja, descobriu que seu nome estava negativado pelas lojas “Tem tudo”, desde 10/08/2016. Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- a) agiu corretamente a loja, uma vez que é devida a permanência do nome do devedor em cadastro restritivo de crédito, por até cinco anos, a contar da inadimplência.
- b) agiu indevidamente a loja, mas, se houver outras inscrições preexistentes a essa da “Tem tudo” legítimas, não caberá indenização por dano moral, segundo orientação do STJ.
- c) somente seria correta a atitude da loja, caso o órgão mantenedor do cadastro de proteção ao crédito notificasse Jonas, sendo indispensável o Aviso de Recebimento (AR) na carta de comunicação.
- d) agiu indevidamente a loja, pois caberia a ela notificar Jonas antes de proceder à inscrição do seu nome em cadastro de proteção ao crédito.



# Estratégia

DIREITO EMPRESARIAL

OAB

Alessandro Sanchez

### Questão 46

Considera-se empresário

- a) aquele que exerce atividade comercial ou industrial.
- b) aquele que exerce atividade exclusivamente artística.
- c) aquele que exerce atividade exclusivamente científica.
- d) aquele que exerce atividade exclusivamente intelectual.

### Questão 47

Possui(em) capacidade para ser empresário, EXCETO:

- a) Os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos.
- b) O incapaz, desde que representado ou assistido, poderá continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz.
- c) Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória.
- d) O falido não reabilitado.



**Questão 48**

Em relação ao trespasse de estabelecimento, é correto afirmar:

- a) o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos subsequentes à transferência, salvo autorização expressa no contrato.
- b) a sociedade empresária poderá ter mais de um estabelecimento, no entanto, para fins de direitos e de negócios jurídicos, transiativos ou constitutivos; todos os estabelecimentos devem ser considerados de forma conjunta.
- c) a alienação de estabelecimento produzirá efeitos quanto a terceiros desde a assinatura do contrato.
- d) a eficácia da alienação do estabelecimento não depende do pagamento ou anuência de todos os credores, mesmo que o alienante se torne insolvente em razão do trespasse.

**Questão 49**

A dissolução da sociedade simples pode ocorrer em diversas formas:

- a) O vencimento do prazo de duração, salvo se, vencido este e sem oposição de sócio, não entrar a sociedade em liquidação, caso em que se prorrogará por tempo indeterminado.
- b) A falta de pluralidade de sócios, não reconstituída no prazo de cento e vinte dias.
- c) A deliberação dos sócios pela sua dissolução, por maioria simples, na sociedade de prazo indeterminado.
- d) Quando houver desistência de um único sócio e este pedir a dissolução mesmo contrário a vontade dos outros.

**Questão 50**

Quanto às partes beneficiárias em uma Sociedade por Ações, marque a alternativa correta:

- a) Partes beneficiárias conferem aos seus titulares direito eventual de crédito contra a companhia, constante na participação nos lucros anuais.
- b) Não podem ser emitidas por companhias fechadas, apenas pelas abertas.
- c) Podem conferir direitos exclusivos aos acionistas da S/A, inclusive o direito de fiscalização e voto.
- d) O prazo de validade deste título é, por força legal, sempre de 10 anos.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

Ricardo Torques

**Questão 51**

Rodrigo assinou recentemente um contrato de seguro do seu automóvel. Infelizmente, Rodrigo não leu as cláusulas do contrato de adesão e posteriormente foi informado que eventuais demandas judiciais deverão ser ajuizadas na Comarca X, sede da empresa seguradora, que dista 2.589 km de sua residência. Inconformado, Rodrigo procurou seu amigo Bruno, que é advogado, para saber se aquela cláusula seria válida. Sobre o tema, pode-se afirmar que:

- a) As partes podem modificar a competência territorial, mas o Código de Processo Civil exige que estejam assistidas por advogado no momento do ato.
- b) A eleição de foro entre Rodrigo e a seguradora seria eficaz ainda que feita verbalmente.
- c) Em caso de falecimento de Rodrigo, o foro contratual continuará obrigando seus herdeiros e sucessores.
- d) Se Rodrigo for réu em uma ação, poderá alegar a abusividade da cláusula de eleição de foro em qualquer momento processual até a prolação da sentença.

**Questão 52**

Renata, estagiária de um escritório especializado em causas trabalhistas, protocolou uma ação na distribuição do fórum da justiça comum. Retornando ao escritório, percebeu o erro e questionou a um dos advogados o que poderia acontecer. Com base no Código de Processo Civil, Renata foi instruída que:

- a) A incompetência absoluta será obrigatoriamente suscitada como questão preliminar de contestação pela parte contrária.
- b) Não haverá qualquer consequência ou prejuízo processual, visto que a competência será prorrogada caso a parte ré não alegue a incompetência no momento oportuno.
- c) A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo antes da prolação da sentença. Após a decisão, haverá a prorrogação da competência.
- d) Em regra, serão conservados os efeitos da decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente.

### Questão 53

Maria Fernanda é a advogada responsável pela revisão contratual ajuizada por Cláudio. Maria Fernanda engravidou e, por ser a única patrona da causa, não poderá acompanhar o processo por um tempo. Nesse caso:

- a) o processo não será suspenso e caberá a Cláudio revogar o mandato de Maria Fernando e constituir outro advogado no mesmo ato.
- b) o processo será suspenso pelo prazo de 30 dias, contados a partir da data do parto.
- c) o processo será suspenso pelo prazo de 120 dias, correspondente à licença-maternidade de Maria Fernanda.
- d) o Código de Processo Civil só admite a suspensão processual em caso de parto, não abrangendo a adoção.

### Questão 54

Italo foi citado e, no mesmo dia, entrou em contato com seu advogado. Na conversa, fora informado que o juízo era incompetente. Com base no Código de Processo Civil:

- a) A citação não será considerada válida e, assim, não induzirá litispendência, não tornará a coisa litigiosa e nem constituirá Italo em mora.
- b) Se a citação não fosse viável, incumbiria ao oficial de justiça adotar as providências necessárias.
- c) A citação será considerada válida, ainda que ordenada por juízo incompetente, e produzirá seus efeitos.
- d) A interrupção da prescrição só é um efeito observável quando a citação é determinada por juízo competente.

### Questão 55

Yuri estava prestes a assinar o contrato de locação de um apartamento, as foi surpreendido com a notícia que precisaria de um fiador. Ligou para Natália, sua melhor amiga, e ela prontamente aceitou o encargo. Com a crise sanitária gerada pela pandemia do coronavírus, Yuri acabou ficando sem renda parou de pagar os aluguéis. No mês passado, Yuri foi citado em ação judicial de cobrança e ligou para Natália para informar que:

- a) não precisa se preocupar pois, mesmo sendo fiadora, não será atingida com a demanda judicial.
- b) ela poderá ser citada para integrar o polo passivo da ação em prazo não superior a 15 (quinze dias).
- c) ela poderá ser citada para integrar o polo passivo da ação em razão de uma modalidade de intervenção de terceiros denominada chamamento ao processo.
- d) caso a sentença condene a fiadora ao pagamento integral da dívida, será necessária uma nova ação judicial para constituir um título executivo que permita a cobrança do valor do devedor principal.

### Questão 56

Em razão do grande volume de processos acumulados, o juiz Nicolau decidiu que iria focar primeiramente naqueles que gerassem a improcedência liminar do pedido pois reduziria uma quantidade razoável de processos. Com base no Código de Processo Civil:

- a) Nicolau só poderá julgar liminarmente improcedente os processos que dispensem a fase instrutória.
- b) Caso o pedido contrarie súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior do Trabalho, do Tribunal Superior Eleitoral ou do Superior Tribunal Militar, Nicolau poderá julgar liminarmente improcedente.
- c) O pedido contrário a enunciado de súmula de Tribunal de Justiça sobre direito local não admite a improcedência liminar.
- d) Caso a parte recorra da decisão, via agravo de instrumento, Nicolau poderá retratar-se em 5 (cinco) dias.

**Questão 57**

Depois de anos tramitando perante a 1ª Vara Cível da Comarca X, a ação indenizatória promovida por Carlos foi procedente. Todos os pedidos apresentados na petição inicial foram deferidos pelo magistrado. Carlos ficou muito feliz com a notícia e já queria receber o dinheiro no dia seguinte. O advogado explicou que seria preciso aguardar a formação da coisa julgada para o cumprimento definitivo da sentença. Carlos perguntou o que seria a coisa julgada e suas características e aprendeu que:

- a) A coisa julgada formal é a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.
- b) A coisa julgada ocorre quando a decisão julga totalmente o mérito da questão levada ao Judiciário. Se a decisão for parcial, não é possível falar em coisa julgada.
- c) A coisa julgada material é a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.
- d) Os motivos e a verdade dos fatos fazem coisa julgada.

**DIREITO PENAL**

Cristiano Rodrigues

**Questão 58**

Josafa praticou o crime de apropriação indébita previdenciária (Art. 168 A CP), porém, após ser descoberto e recebida a denúncia pelo Ministério Público e ao final da ação penal, percebendo que seria condenado, realizou o pagamento integral dos débitos oriundos da falta de recolhimento de contribuições sociais. De acordo com jurisprudência dos tribunais superiores o magistrado deverá considerar que houve:

- a) uma causa de exclusão da tipicidade da conduta praticada.
- b) um indifferente penal, devendo ser condenado pelo fato
- c) uma causa de extinção da punibilidade do fato.
- d) circunstância atenuante da pena concreta a ser aplicada

**Questão 59**

A respeito dos crimes contra o patrimônio previstos no Código Penal analise as afirmativas a seguir:

I. Nos crimes contra o patrimônio, é isento de pena o autor que pratica o crime em prejuízo de ascendente ou descendente, salvo se houver emprego de grave ameaça ou violência à pessoa ou ainda se a vítima tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

II. Sempre que houver isenção de pena ao autor de crime contra o patrimônio, a isenção não se aplica ao estranho que participa do crime, mas para este haverá uma causa de diminuição da pena em grau que varia de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço).

III. Nos crimes contra o patrimônio, se procede mediante representação se o crime é cometido em prejuízo de tio ou sobrinho, com quem o agente coabita, salvo se houver emprego de grave ameaça ou violência à pessoa, ou ainda se a vítima tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Assinale o item correto :

- a) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- b) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- c) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

**Questão 60**

Rodolfo, transportava e portava, em seu carro, três armas de fogo, sendo que duas embaixo do banco do carona e uma, em sua cintura. Durante uma blitz de rotina foi abordado por policiais militares, quando foram apreendidas todas as referidas armas. Diante disso, o Ministério Público ofereceu denúncia em face de Rodolfo pela prática de três crimes de porte de arma de fogo de uso permitido, todos na modalidade de concurso material de crimes (Art. 14 da Lei nº 10.826/03, por três vezes, na forma do Art. 69 do Código Penal). Foi confirmado pela perícia técnica que as armas possuíam efetivo potencial lesivo, bem como que as armas eram mesmo de uso permitido e que estavam com a numeração de série aparente.

Considerando-se todos os fatos narrados, como advogado(a) de Rodolfo, você deverá defender o reconhecimento:

- a) do concurso formal de crimes entre os três crimes imputados ao agente.
- b) da continuidade delitiva entre os três delitos praticados.
- c) de um crime único, de porte ilegal de arma de fogo.
- d) do concurso formal entre dois crimes, em continuidade delitiva com o terceiro delito cometido.

### Questão 61

No dia 28 de setembro de 2011, após uma discussão no trabalho quando todos comemoravam os 19 anos de Augusto, este desferiu uma facada no braço de Leonidas que fica revoltado e liga para a Polícia, sendo Augusto preso em flagrante pela prática do crime de homicídio tentado, obtendo liberdade provisória logo em seguida. O laudo de exame de delito constatou a existência apenas de lesão corporal leve. A denúncia foi oferecida em 23 de setembro de 2013 e recebida pelo juiz em 28 de setembro de 2013. Após a primeira fase do procedimento do Júri, em que a vítima compareceu confirmando os fatos, inclusive dizendo acreditar que a intenção do agente era efetivamente matá-la, e demonstrou todo seu inconformismo com a conduta do réu, Augusto foi pronunciado, sendo a decisão publicada em 23 de setembro de 2015. Submetido a julgamento em sessão plenária em 18 de agosto de 2017, os jurados afastaram a intenção de matar, e então desclassificaram a conduta para o crime de lesão corporal simples, com pena máxima prevista de 01 ano. Lembrando que, o Código Penal prevê que penas de 01 a 02 anos prescrevem em 04 anos.

Chamado(a) para atuar como advogado(a) de Augusto, e considerando apenas as informações apresentadas, você deverá requerer a declaração de extinção da punibilidade pela:

- a) decadência, por ausência de representação da vítima.
- b) prescrição da pretensão punitiva, pelo decurso do prazo prescricional entre a data do fato e a do recebimento da denúncia.
- c) prescrição da pretensão punitiva, pelo decurso do prazo prescricional entre a data do oferecimento da denúncia e a da publicação da decisão de pronúncia.
- d) prescrição da pretensão punitiva, porque entre a data do recebimento da denúncia e do julgamento pelo júri decorreu mais tempo que o prazo prescricional.

### Questão 62

Luciano é preso em flagrante pela prática do crime de roubo simples (Art. 157 caput do CP). Posteriormente, durante o processo se descobre que há 2 inquéritos policiais concluídos em que Luciano foi indiciado pela prática de outros crimes de roubo, além de um outro processo já com sentença condenatória e que está em fase de recurso interposto pela defesa, por crime de furto praticado há dois anos. De acordo com os dados acima e com base na jurisprudência sumulada dos tribunais superiores:

- a) Luciano ao ser condenado pelo roubo terá maus antecedentes considerados na sua pena, em face da sentença condenatória anterior quanto ao crime de furto.
- b) Luciano será considerado reincidente em razão da sentença condenatória do crime de furto.
- c) Luciano terá maus antecedentes em relação aos inquéritos por roubo, e será considerado reincidente, em face da sentença condenatória do crime de furto.
- d) Luciano será condenado neste novo crime como réu primário, sem qualquer aumento de pena por antecedentes ou reincidência relacionado aos crimes anteriores

**Questão 63**

Clara, revoltada com a traição de seu marido, Carlos, decide matá-lo. Para tanto, resolve esperar que ele adormeça para, durante a madrugada, acabar com sua vida. Por volta das 22h, Pedro deita para ver futebol na sala da residência do casal. Quando chega à sala, Clara percebe que Carlos estava deitado sem se mexer no sofá. Acreditando que ele estava dormindo, desfere 10 facadas em seu peito. Nervosa e arrependida, liga para o hospital e, com a chegada dos médicos, é informada que o marido faleceu. O laudo de necropsia, porém, constatou que Carlos já havia falecido momentos antes das facadas em razão de um infarto fulminante. Clara, então, foi denunciada pelo MP pelo crime de tentativa de homicídio.

Você, advogado(a) de Clara, deverá alegar em seu favor a ocorrência de:

- a) desistência voluntária, causa de atipicidade da conduta.
- b) atipicidade em razão do crime impossível, por absoluta impropriedade do objeto.
- c) arrependimento eficaz, causa de atipicidade da conduta.
- d) atipicidade em razão do crime impossível por ineficácia do meio.

---

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

---

Ivan Marques

**Questão 64**

Aponte a alternativa que destoa do entendimento jurisprudencial quanto ao uso de algemas por parte da polícia:

- a) pode ser utilizada em caso de resistência.
- b) pode ser utilizada em caso de tentativa de fuga.
- c) pode ser utilizada em caso de desacato.
- d) pode ser utilizada em caso de perigo à integridade física alheia.



### Questão 65

Durante as investigações de um crime de associação criminosa (Art. 288 do CP), a autoridade policial representa pela prisão temporária do indiciado Pedro, tendo em vista que a medida seria imprescindível para a efetividade das investigações. Os autos são encaminhados ao Ministério Público, que se manifesta favoravelmente à representação da autoridade policial. O magistrado decretou a prisão temporária pelo prazo de 10 dias, ressaltando que a lei admite o prazo de 05 dias prorrogado por igual período. Considerando apenas as informações narradas, o advogado de Pedro deverá informar ao seu cliente que

- a) o prazo fixado para a prisão temporária de Jorge é ilegal.
- b) a decisão do magistrado encontra respaldo na Lei de Prisão Temporária (Lei 7.960/89).
- c) a decisão do magistrado encontra respaldo no Código de Processo Penal.
- d) o motivo da prisão temporária de Jorge é ilegal.

### Questão 66

Gabriela recebe ligação de duas delegacias diferentes, informando a prisão em flagrante de seus dois netos, Caio e Bruno. A avó foi informada de que Caio praticou, em São Paulo, um crime de lesão corporal grave, mas somente veio a ser preso no Rio de Janeiro. Soube, ainda, que Bruno foi preso por praticar um crime de roubo (pena: 04 a 10 anos de reclusão e multa) em Guarulhos e um crime de extorsão majorada (pena: 04 a 10 anos de reclusão, aumentada de 1/3 a 1/2, e multa) em Santo André, sendo certo que a prova do roubo influenciaria na prova da extorsão, já que o carro subtraído no roubo foi utilizado quando da prática do segundo delito. Considerando apenas as informações constantes do enunciado, Caio e Bruno deverão ser processados em

- a) Rio de Janeiro e Santo André.
- b) São Paulo e Guarulhos.
- c) Rio de Janeiro e Guarulhos.
- d) São Paulo e Santo André.

### Questão 67

Maicon, na condução de veículo automotor, causou lesão corporal de natureza leve (art. 303, do Código de Trânsito Brasileiro) em Marta, pedestre que estava atravessando a rua fora da faixa de segurança. Marta afirmou na delegacia que tinha interesse em representar em face de Maicon. Em audiência preliminar, houve a composição dos danos civis, reduzida a termo e homologada pelo juiz em sentença. No dia seguinte, Marta se arrepende, procura seu advogado e afirma não ter interesse na execução do acordo celebrado. Considerando apenas as informações narradas, o advogado de Marta deverá

- a) interpor recurso de apelação da sentença que homologou a composição dos danos civis para tentar revertê-la.
- b) esclarecer que o acordo homologado acarretou renúncia ao direito de representação e é irreversível.
- c) interpor recurso em sentido estrito da sentença que homologou composição dos danos civis tentando revertê-la.
- d) esclarecer que, sendo crime de ação penal de natureza pública, não caberia composição dos danos civis, mas sim transação penal, de modo que a sentença é nula.

### Questão 68

Caio vinha sendo investigado pela prática de crime de organização criminosa. Durante os atos de investigação, agentes da Polícia Civil descobriram que ele realizaria ação no exercício da atividade criminosa da organização que deixaria clara a situação de flagrante e permitiria a obtenção de provas. Todavia, a investigação também indicava que nos dias seguintes outros atos do grupo criminoso seriam praticados por Caio, o que permitiria a identificação de outros envolvidos na organização. Diante disso, a autoridade policial determina diretamente e em sigilo que ocorra ação controlada, comunicando apenas ao Ministério Público, retardando a intervenção policial para que a medida se concretizasse de forma mais eficaz à formação da prova e obtenção de informações. Considerando apenas as informações narradas, o advogado de Caio poderá buscar a invalidade da chamada “ação controlada”, porque

- a) não foi deferido acesso aos autos, antes do encerramento da diligência, à defesa técnica, mas tão só ao Ministério Público e ao delegado.
- b) não é instrumento previsto na Lei de Organização Criminosa, diferente da infiltração de agentes, devidamente disciplinada no diploma legal.
- c) não houve prévia comunicação ao juiz competente, que nos termos da lei, poderia, inclusive, estabelecer os limites do ato.
- d) não poderia haver retardo na realização da prisão em flagrante, sob pena de não mais ser admitida medida cautelar restritiva de liberdade, apesar de ser possível o retardo na formação e obtenção das provas.

**Questão 69**

Peterson e Waldisney foram condenados, em primeira instância, pela prática do crime de furto qualificado, à pena de 02 anos e 06 meses de reclusão, por fatos que teriam ocorrido quando Peterson tinha 20 anos e Waldisney, 21 anos. A pena-base foi aumentada pelo concurso de agentes, não sendo reconhecidas atenuantes ou causas de diminuição. Intimidados da sentença, o promotor e o advogado de Waldisney não recorreram da sentença condenatória, mas o advogado de Peterson apresentou recurso de apelação. Por ocasião do julgamento do recurso, a 6ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça conheceu da apelação e reduziu a pena pelo *bis in idem* do concurso de agentes (qualificadora e pena-base) e reconheceu a atenuante da menoridade relativa a Peterson. Com base nas informações expostas, os efeitos da decisão do Tribunal

- a) não poderão ser estendidos a Waldisney, tendo em vista que houve trânsito em julgado da sua condenação, após a sua renúncia ao direito de recorrer.
- b) poderão ser integralmente estendidos a Waldisney.
- c) poderão ser parcialmente estendidos a Waldisney, aplicando-se apenas a redução da pena-base, mas não a atenuante.
- d) não poderão ser estendidos a Waldisney, pois os dois pedidos são de caráter exclusivamente pessoal.



**Estratégia**  
DIREITO DO TRABALHO  
OAB

Priscila Ferreira

**Questão 70**

Sérgio, cadeirante, 25 anos, foi contratado como aprendiz na loja de peças automotivas Ferru Hugem Ltda. Após 3 anos de prestação de serviço, foi dispensado por justa causa por ato de improbidade, por haver furtado R\$ 1.500,00 do caixa da empresa. Antes desse incidente, Sérgio nunca teve uma advertência sequer em seu histórico. Com base no relato, assinale a alternativa correta.

- a) o contrato de aprendizagem é nulo por dois motivos: a um, porque a idade máxima para se contratar um aprendiz é até 24 anos; a dois, porque o prazo máximo do contrato é de dois anos. Desta feita, sendo nulo o contrato de aprendizagem, deverá ser reconhecido o vínculo de emprego como empregado urbano normal.
- b) o contrato de aprendizagem é válido, mas a justa causa aplicada deverá ser anulada, haja vista a ofensa ao princípio da proporcionalidade e razoabilidade, já que o empregado não praticou ato faltoso de tamanha gravidade a ponto de justificar a aplicação de penalidade tão severa. Deve-se considerar, ainda, a não existência de advertências prévias e gradativas.
- c) o contrato de aprendizagem é válido e a dispensa por justa causa também.

d) o contrato de aprendizagem é válido, mas a dispensa por justa causa não pois, por ser o empregado um portador de necessidade especial, a dispensa deverá ocorrer judicialmente através de decisão proferida em inquérito para apuração de falta grave.

## Questão 71

Considere as situações abaixo descritas.

I. Sócrates é comissário de bordo de empresa aérea Céu de Brigadeiro S/A e permanece dentro da aeronave nos períodos de abastecimento.

II. Mercúrio é motorista da empresa Astro Rei Ltda. e realiza entregas utilizando habitualmente carro. Esporadicamente, na ausência do carro, realiza as entregas de motocicleta.

III. Netuno é vigilante bancário, trabalhando em escala 12 x 36, portando arma de fogo.

IV. Zeus é empregado da empresa Atenas Geradora de Energia Elétrica S/A, trabalhando na função de eletricitário, adentrando em área considerada de risco uma vez ao dia, lá permanecendo por cinco minutos.

Levando em consideração a legislação trabalhista em vigor e a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho,

- a) apenas Netuno e Zeus devem receber adicional de periculosidade, ambos de forma integral.
- b) apenas Sócrates não é credor de adicional de periculosidade, sendo que Mercúrio, Netuno e Zeus devem recebê-lo de forma proporcional ao tempo de exposição.
- c) todos fazem jus ao adicional de periculosidade, sendo o pagamento proporcional ao tempo de exposição ao risco apenas para Zeus.
- d) apenas Mercúrio não faz jus ao adicional de periculosidade e os demais devem recebê-lo de forma proporcional ao tempo de exposição.

**Questão 72**

Helena Cristina Ferreira é empregada da Lanchonete “ABA” e trabalha como balconista, possuindo horário de trabalho no período noturno, das 22 às 5 horas. A Lanchonete “ABA” é frequentada por consumidores que normalmente voltam de outras programações noturnas, tendo em vista que a lanchonete possui horário de funcionamento até às 5 horas. Porém, a Lanchonete só encerra suas atividades após o atendimento do último cliente. Assim, Helena frequentemente estende seu horário de trabalho até às 6 horas. Neste caso,

- a) será devido o adicional noturno também sobre a hora prorrogada uma vez que Helena cumpre seu horário de trabalho integralmente no horário noturno.
- b) não será devido o adicional noturno sobre a hora prorrogada uma vez que, de acordo com a CLT, a hora noturna é das 22 às 5 horas, sendo considerada a hora como 52 minutos e 30 segundos.
- c) não será devido o adicional noturno sobre a hora prorrogada uma vez que, de acordo com a CLT, a hora noturna é das 22 às 5 horas, sendo considerada a hora como 55 minutos e 50 segundos.
- d) só será devido o adicional noturno também sobre a hora prorrogada, se houver expressa previsão contratual neste sentido e previsão em norma coletiva.

**Questão 73**

Robson foi contratado pela empresa Covid do Brasil Ltda. em regime de trabalho de tempo parcial, com duração de 20 horas semanais. Durante os últimos seis meses de trabalho, Robson fez 6 horas extras semanais. Robson requereu a seu empregador, 15 dias antes do término do período aquisitivo, a conversão de um terço do período de férias em abono pecuniário, o que foi recusado pelo empregador, sob a alegação de ser incabível o abono de férias nos contratos de trabalho em regime de tempo parcial. Em relação a essa situação,

- a) Robson não poderia ter feito horas extras, tendo em vista que as mesmas são vedadas nessa modalidade de contratação.
- b) as horas extras somente poderiam ter sido prestadas se a jornada semanal fosse de 26 horas.
- c) as horas extras deverão ser pagas com o acréscimo de 50% sobre o salário-hora normal, não havendo nessa modalidade de contratação a possibilidade de compensação.
- d) é facultado ao empregado contratado sob regime de tempo parcial converter um terço do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário.

### Questão 74

Renato é empregado da empresa de entregas Foguetinho Ltda., prestando serviços como motociclista, entregando todo tipo de encomendas, até mesmo material inflamável. No caso hipotético narrado e de acordo com a CLT, Eduardo tem direito ao adicional de

- a) periculosidade, no percentual de 30% sobre o salário base, por se tratar de trabalhador em motocicleta e insalubridade, no percentual de 40% sobre o salário mínimo, pela exposição a inflamável.
- b) periculosidade, no percentual de 30% sobre o salário base, por se tratar de trabalhador em motocicleta.
- c) insalubridade, no percentual de 30% sobre o salário base, pela exposição a inflamável.
- d) penosidade, no percentual de 40% sobre o salário mínimo, pelo trabalho sujeito às intempéries climáticas e a acidente de trânsito.

### Questão 75

Henrique César, segurança noturno do Mercadinho Bota Fora Ltda., foi flagrado pelas câmaras de segurança dormindo em serviço. Após ter sido advertido por seu empregador, reincidiu no ato, mas ocorreu um assalto à empresa em seu turno. Ao constatar o fato, o empregador entendeu por rescindir seu contrato de trabalho por justa causa.

Essa demissão é

- a) inválida, pois dormir em serviço não é motivo justo para a dispensa.
- b) válida, pois o empregado praticou ato de insubordinação ao dormir em serviço, ante as atribuições de sua função.
- c) válida, pois o empregado praticou ato de indisciplina ao dormir em serviço, ante as atribuições de sua função.
- d) válida, pois o empregado praticou ato de desídia ao dormir em serviço, ante as atribuições de sua função.

**DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

Priscila Ferreira

**Questão 76**

Zé do brejo, foi demitido dos quadros de determinada empresa multinacional, e foi procurado por seu ex-empregador para firmar acordo extrajudicial. As partes pretendem obter a homologação judicial do acordo firmado e, para tanto, é preciso que apresentem

- a) petição conjunta, sendo representadas por advogados comuns.
- b) petição conjunta, sendo representadas por advogados diferentes.
- c) petição individualizada, sendo representadas por advogados diferentes.
- d) requerimento individual verbal, que será reduzido a termo pelos serventuários da Justiça do Trabalho.

**Questão 77**

André ingressou com reclamação trabalhista no dia 10 de setembro de 2019, em face da empresa Publicidade e Ótimos Negócios Ltda., e obteve sentença favorável aos seus pleitos de pagamento de horas extras, adicional noturno e verbas rescisórias. Contudo, a reclamada encontra-se insatisfeita com a sentença prolatada, pois acredita não possuir débito algum com o reclamante, e intenciona, através do recurso cabível, pleitear a efetivação de seus direitos.

Dessa forma, assinale a alternativa que demonstra qual o recurso e o prazo adequados às intenções da reclamada.

- a) Embargos de declaração no prazo de 10 (dez) dias.
- b) Recurso ordinário no prazo de 15 (quinze) dias.
- c) Agravo no prazo de 8 (oito) dias.
- d) Recurso ordinário no prazo de 8 (oito) dias.

**Questão 78**

Em sede de Ação Rescisória, o Autor juntou aos autos a comprovação do trânsito em julgado da decisão rescindenda após a distribuição da ação perante o E. TRT da 15ª Região. Nessa circunstância, o E. TRT da 15ª Região deve

- a) conhecer da ação rescisória porque o Autor pode juntar a comprovação do trânsito a qualquer tempo.
- b) conhecer da ação rescisória, visto que sanado o vício pela parte autora, ainda que o protocolo tenha ocorrido intempestivamente.
- c) indeferir a ação rescisória, visto que a prova do trânsito em julgado é indispensável ao seu processamento, em qualquer circunstância.

d) conhecer da ação rescisória desde que o Autor tenha juntado a comprovação do trânsito em julgado em atenção a determinação judicial, dentro do prazo de 15 dias da intimação.

### Questão 79

Instaurada a audiência e não sendo frutífera a primeira tentativa conciliatória, o Juiz que conduzia a audiência na 1ª Vara do Trabalho de Avaré, entendeu por inverter o ônus da prova, determinando à Reclamada o ônus de fato constitutivo de direito. Nessa circunstância, é correto afirmar que a decisão

- a) é válida, visto tratar-se de uma discricionariedade do Juízo.
- b) é inválida, porque não existe hipótese em que o Juízo possa inverter o ônus da prova.
- c) é válida, ainda que gere situação de extrema dificuldade para desincumbência do encargo.
- d) é válida desde que fundamentada e proferida antes da abertura da instrução processual.

### Questão 80

Hugo ajuizou ação em face de sua ex-empregadora, a empresa "Z", sendo que na audiência as partes se conciliaram amigavelmente, nada sendo convencionado a respeito das custas processuais. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, considerando que o Juiz acolheu o pedido de concessão dos benefícios da justiça gratuita formulado na inicial pelo reclamante,

- a) as custas serão pagas em partes iguais sobre o valor do acordo, pelo reclamante e pela reclamada, sendo Hugo dispensado do pagamento.
- b) as custas serão pagas em partes iguais sobre o valor dado à causa, pelo reclamante e pela reclamada, sendo Hugo dispensado do pagamento.
- c) ficarão as custas a cargo exclusivo da reclamada, sobre o valor do acordo, pois a mesma não pode ser dispensada do seu pagamento.
- d) ficarão as custas a cargo exclusivo da reclamada, sobre o valor dado à causa, pois a mesma não pode ser dispensada do seu pagamento.



## *Conheça nossos cursos:*

[Curso para a 1ª fase:](#)

<http://bit.ly/Cursos-para-a-1ª-fase>

## *Conheça nosso Sistema de Questões!*

[ASSINE: Estratégia Questões:](#)

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>



**Estratégia**  
OAB